

Estudos da Religião na Amazônia, um balanço

Entrevista com Raymundo Heraldo Maués

*Diego Omar da Silveira**

*Marcos Vinicius de Freitas Reis***

Raymundo Heraldo Maués é, certamente, um dos mais importantes estudiosos da religião na Amazônia. Historiador de formação, com mestrado e doutorado em Antropologia, trabalha atualmente como professor voluntário na Universidade Federal do Pará (UFPA), instituição em que construiu uma sólida carreira profissional e de onde é professor emérito, integrando também o quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Em 2010 foi agraciado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) com a Medalha Roquette-Pinto de contribuição à Antropologia Brasileira, durante a 27ª Reunião Brasileira de Antropologia. Ao todo são 10 livros (entre textos autorais e coletâneas por ele organizadas), diversos capítulos e mais de 50 artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

Suas contribuições são ricas e variadas, mas alguns traços parecem fundamentais e perpassam quase toda a sua obra: em primeiro lugar uma rica e detalhada descrição da “região do Salgado, no nordeste paraense”, fruto de suas experiências em trabalhos de campo realizados desde dezembro de 1975; depois a preocupação constante em desvelar os sistemas simbólicos e as crenças populares das populações caboclas e ribeirinhas, as relações entre confissão religiosa e cidadania e as implicações corporais da fé, seja na pajelança, nas religiões de matriz africana e na medicina popular ou em momentos de culto e louvor de grupos carismáticos. De alguma forma, todos esses temas são

* Professor e coordenador do curso de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e é doutorando em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente está a frente da Regional Norte da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR). E-mail: diegomarhistoria@yahoo.com.br

** Professor do Curso de Graduação em Relações Internacionais e da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Possui graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). É doutorando em Sociologia pela UFSCAR, membro do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política (NEREP), pesquisador do Observatório em Direitos Humanos da Amazônia (OBADH) e Líder do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES). Presidente da Associação Nacional de Historiadores – Sessão Amapá (ANPUH AP). E-mail: marcosvinicius5@yahoo.com.br

parcialmente tratados na entrevista que se segue. Nela buscamos, a um só tempo, remeter aos temas centrais da obra de Maués e apontar novos caminhos e problemáticas de pesquisa àqueles que se interessam pelo campo religioso na região Norte do Brasil.

» Professor, seu primeiro livro sobre religiões foi sobre a *Ação das Ordens e Congregações Religiosas na Amazônia*, publicado há quase cinquenta anos. Foi uma obra que abriu caminhos para muitas outras pesquisas e que marca, de forma mais ou menos definitiva, sua migração para os estudos da religião, já que antes o senhor se interessava por outros campos da antropologia, como as práticas alimentares. É isso?

Raymundo Herald Maués: Não é bem isto. De fato, essa foi minha primeira publicação em livro que recebeu o título de *Ação das Ordens e Congregações Religiosas na Amazônia*, onde foi divulgado o ensaio sobre as “Congregações Religiosas na Amazônia”, juntamente com mais dois outros, todos três premiados num concurso instituído pelo Grêmio Literário Português, em Belém. Recebi o primeiro lugar do concurso e os dois outros lugares foram, na ordem, de Leonor Maria Sampaio Façanha, com outro ensaio (esse sim) intitulado “Ação das Ordens e Congregações Religiosas na Amazônia” e de Fernando Mariano Rodrigues, com o trabalho “Missionários na Amazônia (Período Colonial)”. A publicação se deu pela Imprensa Universitária do Pará, em 1968.

Nessa época eu era bacharel e licenciado em História, trabalhando como professor no Colégio Estadual Paes de Carvalho, em Belém, e em alguns outros colégios (cursos correspondentes ao atual ensino médio) e também no Curso Vestibular “Rui Barbosa”. Um ano antes, havia publicado meu primeiro artigo científico em periódico conceituado, a *Revista de História da USP*, intitulado “Origens históricas da cidade de Bragança” (vol. XXXV, número 72, 1967, pp. 377-392). A motivação para escrever esse artigo foi o fato de que anteriormente (de 1963 a 1964) trabalhei nessa cidade paraense, contratado pelo Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para supervisionar a equipe de colegas que trabalhavam junto à Prelazia do Guamá e à Rádio Educadora de Bragança num trabalho de alfabetização de adultos e de fomento à sindicalização rural.

Esse trabalho, fundamentado em parte no artigo de Leslie White (antropólogo americano) sobre o conceito de cultura a partir da importância do simbólico, permitia uma atuação mais efetiva do MEB, em várias áreas rurais do Brasil (sobretudo o Nordeste), utilizando inclusive o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire (também fundamentado no conceito de cultura). Na Prelazia do Guamá (com sede em Bragança) usávamos o método das escolas radiofônicas, mas procurávamos também nos familiarizar com as propostas educacionais de Paulo Freire, em parte baseadas na antropologia cultural americana mais avançada da época. Por isso, o primeiro e importante estudo antropológico sobre o MEB foi escrito por Emmanuel De Kadt, publicado em Londres e Nova York em 1970, que intitulou seu livro como *Catholic Radicals in Brasil*.

O golpe militar de 1964 pôs um fim na atuação do MEB nessa prelazia, embora a Rádio Educadora de Bragança, mantida pelos padres barnabitas nessa cidade, tenha continuado ainda por vários anos o seu trabalho. Além do meu interesse pela antropologia no curso de graduação em história, a experiência no MEB ajudou a tornar-me antropólogo mais tarde, ensinando antropologia da saúde inicialmente na Escola de Enfermagem Magalhães Barata, em Belém (à qual fui indicado como professor pelo sociólogo e grande amigo Walcyr Monteiro) e, posteriormente, me tornando professor de antropologia da Universidade Federal do Pará (quem me sugeriu fazer concurso foi minha grande amiga e já professora da UFPA, a também socióloga Violeta Loureiro).

» Acompanhando sua produção ao longo dos anos 1970, vemos um crescente interesse pelo tema do encantamento, do xamanismo, da pajelança. Isso provém, certamente, de um contato com a religiosidade das populações amazônicas. Mas é possível dizer que esse interesse dialoga também com trabalhos como os de Charles Wagley e Eduardo Galvão?

Raymundo Heraldo Maués: Certamente. A antropologia que se desenvolveu no Pará (mais especificamente em Belém) é devedora desses dois importantes antropólogos. Charles Wagley não só pesquisou na Amazônia, mas também formou antropólogos que trabalharam nela. Além disso, teve um papel muito importante na implantação da Fundação SESP nessa região. Galvão, discípulo de Wagley, foi por um breve período professor da Universidade Federal do Pará e

mais tarde fundou o primeiro mestrado em antropologia na Universidade de Brasília. Esse mestrado foi extinto pela primeira grande crise da UnB, resultante da intervenção do governo militar nessa Universidade, em 1965, o que levou Galvão a voltar para o Museu Goeldi, onde dirigiu as pesquisas dos antropólogos dessa instituição ainda por vários anos. Galvão também foi professor de Arthur Napoleão Figueiredo, que durante muitos anos trabalhou como professor catedrático de antropologia na Universidade Federal do Pará, criando ali o Laboratório de Antropologia que agora leva seu nome e onde atualmente funcionam também parcialmente as duas pós-graduações em antropologia: o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) – ao qual pertencio e que ajudei a fundar – e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA).

» Sua tese de doutorado – depois publicada como um dos mais importantes livros para se compreender o catolicismo na Amazônia – é uma tentativa de compreender como a Igreja oficial, com seus agentes eclesiásticos, se relaciona com a fé do povo?

Raymundo Herald Maués: Não só isso. Minha tese de doutorado, que depois foi publicada em livro intitulado *Padres, Pajés, Santos e Festas: Catolicismo popular e controle eclesiástico*, tenta entender o catolicismo nessa região, não considerando somente a Igreja oficial, erudita, tal como essa organização religiosa procura mostrar-se, através da evangelização. Ele abarca a Igreja Católica como um todo, numa feliz metáfora de um dos mais importantes antropólogos brasileiros, Pierre Sanchis (nascido na França, mas que se tornou antropólogo em Portugal e, principalmente, aqui no Brasil), a metáfora do pêndulo: tudo o que é abrangido por ele, que vai da esquerda para a direita e vice-versa, é católico. Se, porém, vai-se além do pêndulo, deixa-se, portanto de ser católico. Diferentemente do cristianismo protestante – onde a ruptura é a norma, que assim permite o nascimento de várias igrejas e seitas (no sentido weberiano), em oposição e às vezes em conflito aberto –, no catolicismo (*et pour cause*), as rupturas são pouco frequentes. E, numa imagem muito feliz – no caso do catolicismo – trata-se aqui do manto de Maria que se espalha cobrindo toda essa diversidade de fiéis (*circundata varietate*, em latim). Por isso, o livro se refere desde o título a personagens e acontecimentos centrais no catolicismo – sem

esgotar todos eles – que são “padres”, “pajés”, “santos” e “festas”. E trata também de algo que, por influência de meu orientador de doutorado, chamei de “tensão constitutiva do catolicismo”.

Nesse sentido, na relação entre sacerdotes e leigos populares, como digo no livro, “a obediência exigida pelo padre pressupõe uma devoção autônoma dos leigos, enquanto a devoção popular também pressupõe uma certa obediência aos sacerdotes. Não propriamente a um sacerdote particular. A devoção, implicando uma atitude de respeito, que é vizinha da obediência, pode permitir até mesmo o enfrentamento com este ou aquele padre, este ou aquele bispo. Mas nessa relação tensa entre leigos e sacerdotes, a própria devoção dos leigos exige, além do milagre do santo, que é o seu fundamento, a legitimação da autoridade ‘terrena’ (não só terrena, por todo o simbolismo que comporta) do padre. E é por isso que raramente se chega ao cisma, ao rompimento definitivo”, pois “é mesmo constitutiva/constituente. Ou, dizendo de outra forma: no catolicismo brasileiro se pode detectar uma abordagem *sui generis* da antinomia ‘liberdade/dependência’, que busca reconciliar (ou integrar) os seus polos opostos, sem, no entanto, aboli-los”.

» Há nessa tentativa de entendimento também um influxo da própria Igreja Católica na conjuntura de finais dos anos 1970 e início da década seguinte, com a Teologia da Libertação, por exemplo? O senhor participou das discussões do ISER, isso estava um pouco na cabeça de todos os pesquisadores do campo religioso naquele momento?

Raymundo Heraldo Maués: O Concílio Vaticano II (1962-1965) como é bem conhecido teve importante papel de atualização da Igreja Católica levando-a ao *aggiornamento* que o distingue fundamentalmente de seu antecessor, o Vaticano I (1869-1870), convocado pelo papa de mais longo pontificado da história da Igreja, Pio IX (1792-1878). Esse papa, hoje já beatificado, em processo de canonização, tornou-se famoso pelo combate aos adversários da Igreja, onde se incluíam os liberais, os maçons, os protestantes, os ateus, os socialistas e comunistas e que publicou dois documentos muito importantes intitulados *Syllabus Errorum* e a Encíclica *Quanta Cura*, ambos estigmatizando os chamados erros do século. Foi ele também quem proclamou o dogma da Imaculada Conceição de Maria e que, no Concílio Vaticano I, obteve também a aprovação do

dogma da infalibilidade papal (contra a vontade de alguns participantes que se retiraram antes da votação para não ter de votar contra o papa). Esse concílio foi encerrado pela invasão dos Estados Pontifícios (incluindo Roma, sua capital) pelos exércitos italianos lutando pela unificação da Itália e incorporando o centro da bota italiana ao novo país unificado. O Papa se declarou então “prisioneiro do Vaticano”, no que foi seguido pelos seus sucessores até João XXIII, que aboliu essa condição e que convocou, a despeito da resistência da Cúria romana, um concílio renovador, o Vaticano II.

Esse é o Concílio da Igreja da *Lumen Gentium* (luz dos povos) e da *Gaudium et Spes* (alegria e esperança), como diz o padre Geraldo Luiz Borges Hackmann, referindo-se a esses dois documentos basilares. O primeiro dá atenção especial ao papel do Espírito Santo na Igreja e exerce importante influência não só sobre a Renovação Carismática Católica como também sobre alguns dos mais importantes teólogos da libertação. O segundo enfatiza a questão social e o diálogo, sendo que por isso exerce também influência na TL assim como nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Talvez por isso agora já seja possível encontrar-se algumas CEBs no Brasil onde estão presentes membros da RCC, como aparece em importante artigo publicado por Ivo Lesbaupin em *Religião e Sociedade*.

Nos anos oitenta do século passado, quando fiz meu doutorado, participei também de atividades do ISER (Instituto de Estudos da Religião) que era presidido por meu orientador de tese, Rubem César Fernandes. Antes de terminar a tese participei do Grupo de Estudos de Catolicismo, coordenado por Pierre Sanchis, que desenvolveu dois estudos nessa instituição: um sobre o catolicismo, do qual resultaram três volumes publicados pela Edições Loyola, tratando dos temas mais variados sobre o catolicismo no Brasil; e outro sobre o sincretismo – tema que mereceu outras publicações, mas do qual não pude mais participar. Meu próprio estudo não se referia à Teologia da Libertação (quem fez belos estudos enfocando mais particularmente essa temática foram, salvo alguma omissão, Pedro Ribeiro de Oliveira, Francisco Catarxo Rolim, Carmen Cinira Macedo, Regina Novaes, Ana Maria Doimo e Martinho Lenz).

» Uma questão intrigante: Belém foi um lugar onde os estudos da religião frutificaram, algo que lamentavelmente não se deu em todo o território

Amazônico. Logo, algumas análises produzidas sobre o Pará acabaram sendo apresentadas como uma síntese da realidade amazônica. Como o senhor vê esse processo?

Raymundo Heraldo Maués: É realmente um problema. Talvez isso tenha acontecido porque Belém possui um dos mais importantes museus de pesquisa científica do Brasil, que é o Emílio Goeldi (o qual no próximo ano irá completar 150 anos, no ano da comemoração dos 400 anos de Belém), tendo aproximadamente a mesma idade do Museu Nacional, no Rio de Janeiro e do Museu Paulista. Foi lá que trabalhou Eduardo Galvão, um dos pioneiros dos estudos de religião na Amazônia (*Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*). Napoleão Figueiredo foi seu discípulo e, juntamente com sua assistente, a professora Anaíza Vergolino, fez desde cedo pesquisas sobre as religiões de matriz africana em Belém, assim como os dois estudaram também no interior do Pará o catolicismo e a pajelança.

Outro professor da UFPA foi o médico Armando Bordallo da Silva, folclorista, que trabalhou no Goeldi e também na UFPA, tendo ensinado Antropologia Física (Bioantropologia), mas também publicado um estudo clássico sobre a Marujada de Bragança, em homenagem a São Benedito, que se repete há mais de cem anos. Ao mesmo tempo, foi em Belém que Seth e Ruth Leacock fizeram um estudo pioneiro e muito importante sobre os “espíritos do fundo” e os cultos afro-brasileiros, publicado em 1972. Tudo isso levou a uma tradição que se desenvolveu principalmente no Laboratório de Antropologia da UFPA (que hoje tem o nome de Arthur Napoleão Figueiredo) e no Museu Goeldi: a realização de estudos os mais diversos sobre religião, com ênfase no catolicismo, na pajelança, nas religiões de matriz africana e, mais recentemente, nas igrejas protestantes, especialmente as que adotam o pentecostalismo. Há também estudos sobre antropologia da saúde e, especialmente, sobre alimentação e saúde – dois deles estudando as normas dietéticas judaica e dos Adventistas do Sétimo Dia.

Outro fator muito importante foi a criação mais ou menos recente do primeiro curso de graduação em Ciências da Religião na Universidade do Estado do Pará (UEPA) que, pouco depois, criou um Mestrado também em Ciências da Religião, tornando-se assim a primeira universidade pública no Brasil que integrou os dois cursos. Geralmente as graduações e pós-graduações em ciências

da religião foram criadas nas faculdades ou universidades particulares vinculadas a alguma igreja e as universidades públicas é que criavam antes seus programas de pós-graduação em Ciências da Religião (como é o caso, por exemplo, de Juiz de Fora). A UEPA (entre as universidades públicas do Brasil) inovou criando quase ao mesmo tempo esses dois cursos e, agora, pleiteia criar o doutorado. Isso é um fato que promove bastante a pesquisa científica no campo da religião e permite o desenvolvimento de muitos estudos sobre o tema. Não sei ao certo, mas atualmente já existem dezenas de dissertações defendidas na UEPA sobre o tema da religião (incluindo o cristianismo católico e protestante, as religiões de matriz africana, a pajelança não indígena e vários outros estudos).

» Um outro elemento muito presente nos seus trabalhos, especialmente os mais recentes, é uma articulação entre religião e cidadania, os diálogos que se estabelecem entre formas mais tradicionais de sociabilidade e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essa é uma reinvenção da Igreja? Em que medida ela continua valendo na Amazônia?

Raymundo Herald Maués: A Igreja Católica no Brasil passou por várias fases, desde os períodos Colonial e do Império, onde ela era a “Religião do Estado”. Nenhuma outra religião era bem-vinda no Brasil e só com a independência e a criação do Império Brasileiro é que algumas religiões passaram a ser toleradas pelo governo, contanto que seus adeptos praticassem suas atividades religiosas em lugares sem aparência exterior de templo. Isso se deu pela necessidade de receber estrangeiros de várias origens, principalmente europeus e norte-americanos, que muitas vezes eram protestantes. Esses estrangeiros não católicos e os brasileiros convertidos a outras religiões, não tendo registro de batismo católico, não podiam exercer cargos públicos, nem ter seus casamentos legitimados pelas leis, nem ter direito a sepultamento em cemitérios públicos. Na verdade, mesmo tendo nascido no Brasil, alguém que não fosse católico não podia também ser cidadão brasileiro pleno.

Isto só acabou com a Proclamação da República, quando foi publicado o decreto da separação entre a Igreja e o Estado. Com isso, o Brasil passou a ser um estado laico, que legalmente reconhece todas as religiões e, em razão disso, criou-se a certidão civil de nascimento e o casamento civil, além de várias outras medidas. Essa medida garantiria a liberdade religiosa no Brasil, fugindo do

regime de cristandade que tínhamos vivido de 1500 a 1889. Mas de fato até hoje a laicidade não foi totalmente incorporada no Brasil. É verdade que isso acontece também em outros países. Mas no Brasil a Igreja Católica continua gozando de privilégios e, muitas vezes, tenta impor a toda a população, independentemente de confissão religiosa, as regras que compartilha com outras igrejas cristãs. E quase sempre isso é feito também em aliança com as outras igrejas geralmente do chamado protestantismo histórico. Mesmo com a separação entre a Igreja e o Estado, as religiões de matriz africana continuaram sendo perseguidas pelas autoridades policiais no Brasil até pelo menos os anos 1960 e ainda hoje sofrem violências fomentadas por seitas do chamado neopentecostalismo que adotam a teologia da prosperidade.

De outro lado, os setores mais avançados politicamente da Igreja Católica e do protestantismo histórico, ao aderirem à Teologia da Libertação e, mesmo, sem aderir a ela, promovem importante trabalho de cidadania. Um dos grandes méritos da TL é o fato de pregar não uma atitude de conformação com as injustiças e a miséria e de crença numa recompensa somente depois da morte, num outro mundo. Mas sim uma atitude de trabalhar neste mundo terreno visando à mudança das estruturas sociais e ao fomento da justiça e da igualdade entre os seres humanos, começando, portanto neste mesmo mundo a construir uma sociedade de justiça para todos, sem ficar apenas esperando a salvação eterna depois da morte. Essa postura é radicalmente diferente da que foi pregada por tanto tempo no cristianismo, sobretudo católico, o que motivou um dos maiores críticos da religião cristã, o filósofo Nietzsche, a comparar o cristianismo de seu tempo com uma espécie de “platonismo popular”. Esse filósofo não concordava com Platão quanto à existência de dois mundos e só reconhecia como verdadeiro o mundo das aparências (o fenômeno) e nunca o chamado “mundo das ideias” (reputado como “verdadeiro”).

Se a TL é uma reinvenção da Igreja Católica sim, ela é. Mas não deliberadamente, como algo fictício e enganoso, porém com fundamento na doutrina cristã, podendo, portanto ser aceita também por outras igrejas cristãs (como realmente acontece). Quanto às Comunidades Eclesiais de Base na Amazônia: elas continuam vivas aqui como em outros lugares no Brasil. Pesquisas recentes em nosso programa de pós-graduação em sociologia e antropologia na Universidade Federal do Pará demonstram isso. Elas existem também em muitos outros lugares do Brasil, só que deixaram de ser tão

estudadas como merecem e como se fazia há alguns anos atrás. Saíram de moda, em parte por aquilo que o historiador americano Ralph Della Cava chamava de “ofensiva vaticana” conservadora, desde o pontificado de João Paulo II, mas não desapareceram.

» Como o senhor vê a entrada dos protestantes no campo religioso amazônico? Esse é um processo que já tem uma história, mas que contemporaneamente vem se acirrando, tanto nas grandes cidades quanto nos interiores... É possível já projetar o futuro da região norte como uma área predominantemente evangélica?

Raymundo Herald Maués: A teoria conspiratória de que os Estados Unidos da América mandavam de propósito missionários protestantes americanos para a Amazônia, a fim de se apropriar das riquezas dessa imensa região, surgiu na segunda metade do XIX, quando tivemos aqui o mais importante bispo da Diocese do Pará, o baiano D. Antônio de Macedo Costa, mais tarde cardeal arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil (infelizmente faleceu pouco antes de assumir seu novo cargo, tendo recebido sua nomeação do mesmo Papa Pio IX de quem falei acima). Essa teoria conspiratória, em várias versões, vem sendo repetida, sobretudo nos arraiais católicos. Claro que é uma coisa sem nenhum fundamento. Mas servia no século XIX para justificar as violências que foram praticadas contra alguns protestantes, tendo sido um pastor praticamente expulso da diocese e outro, mais tarde, até mesmo apedrejado nas ruas de Belém. Essas formas de violência persistiram por muito tempo e há relatos delas em meu trabalho de campo quando um “missionário da prece poderosa” (Igreja do Evangelho Quadrangular) na cidade de Vigia teve sua casa apedrejada logo depois que o pároco da cidade anunciou através de autofalante que aquele homem era um falso missionário. A vítima, que entrevistei logo depois, contou-me que uma das pedras quase atingiu seu filho pequeno, ainda bebê, o qual poderia ter sido morto por esse ato de violência.

As pesquisas mostram ultimamente que as igrejas e seitas protestantes (sempre no sentido de tipos ideais weberianos, sem nenhuma intenção de ofendê-las) têm crescido muito (não digo evangélicas porque os católicos também se fundamentam no mesmo evangelho; e encontrei no interior do Pará agricultores e pescadores católicos que, embora analfabetos, sabiam citar de memória passagens desse mesmo evangelho).

Quanto ao futuro, não posso falar. E, já que estamos tratando de religião, só cabe aos profetas falar do futuro. Mesmo que essa profecia aparentemente tenha sido resultante de uma fala divina, quem pode atestá-la? Para o historiador e para o cientista social é melhor seguir a proposição de Weber do que a de Marx que, influenciado por Hegel, fez algumas “profecias” para o futuro que não se concretizaram (pois sonhava uma utopia)... A única “profecia” feita por Weber diz respeito à jaula em que o capitalismo iria manter as pessoas, o que de fato se concretizou: somos prisioneiros do relógio, vivemos num mundo que não conseguimos entender totalmente e a gaiola de ferro de que fala este autor nas últimas páginas de sua *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* se constitui numa “realidade” de cuja libertação estamos ainda muito longe.

É verdade que hoje não temos mais, no pentecostalismo e principalmente no chamado neopentecostalismo, a ética calvinista: temos agora a ética arminiana, que é bem menos rigorosa. Isso pode de fato ser um perigo, mas talvez nem tanto. Em relação à atitude, temos de um lado os adeptos da teologia da libertação, que buscam construir desde aqui na terra uma sociedade livre da opressão, nessa tentativa de gerar neste mundo uma sociedade mais justa (que de alguma forma antecipe o reino celeste). Do outro lado (neopentecostal) temos a teologia da prosperidade: quanto mais se oferecer dinheiro e outros sacrifícios com valor monetário a Deus, mais ele se tornará nosso devedor e, assim, poderemos receber de volta desse mesmo Deus a prosperidade material que tanto almejamos... Mas isto é uma outra história, que só poderá ser contada por nossos netos e bisnetos... E, para finalizar nesta resposta: qual o perigo de uma Amazônia predominantemente evangélica? Ela já é, porque a maioria da população amazônica se confessa cristã, seja católica, seja protestante, mas todas essas pessoas, a despeito do sincretismo que praticam, continuam mantendo sua fé nas tradições guardadas por protestantes e católicos e nos ensinamentos dos Evangelhos, além de suas marcantes tradições culturais.

» Sobre a presença das religiões de matriz africana no norte do Brasil, como o senhor avalia essa produção mais recente, que desvela inclusive com mais clareza a presença do negro na Amazônia?

Raymundo Heraldo Maués: A produção não é tão recente e me referi a ela anteriormente. Os primeiros antropólogos, o casal Leacock, Napoleão Figueiredo

e Anaíza Vergolino, deixaram suas marcas, como pioneiros. Hoje, a produção cresceu mais ainda com os trabalhos de Marilu Márcia Campelo, de Taíssa Tavernard de Luca, de Daniela Cordovil, de Yoshiaki Furuya e de muitos outros, inclusive com dissertações de mestrado e teses de doutorado, tanto na UFPA como na UEPA.

Há também um importante trabalho, desenvolvido por historiadores. Algum tempo atrás, contrariando uma falsa ideia muito difundida de que os negros tiveram pouca importância na história colonial amazônica, trabalhos de historiadores vieram complementar um estudo histórico desenvolvido sobre a vinda de escravos negros para a Amazônia desde o século XVII, publicado por Napoleão Figueiredo e Anaíza Vergolino. E o Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão Pará (1763-1769), publicado em 1978 pelo historiador J. R. Amaral Lapa, mostra a importância da presença negra na Amazônia no século XVIII, descrevendo também rituais de cultos afro-brasileiros e xamânicos nesse mesmo século. Quanto a estes, descreve, num dos relatos transcritos pelos inquisidores, uma sessão de pajelança, em que se utiliza o cigarro tauari (*taquari*, na transcrição do mesmo livro). Vê-se então que essas formas religiosas, de origem africana e/ou indígena, têm importância na Amazônia, desde pelo menos o século XVIII. Também não é possível esquecer o livro clássico do sociólogo e folclorista Vicente Sales, *O Negro no Pará*, que recebeu várias edições no século passado.

» Em sua opinião, quais os desafios para os estudos da religião na região norte – em que sentido devemos conduzir nossas pesquisas, que fenômenos merecem ser mais bem investigados?

Raymundo Heraldo Maués: Dentro do cristianismo, o fenômeno mais importante que ocorreu nos últimos cem anos foi o pentecostalismo, tanto protestante como católico. O pentecostalismo resgata uma prática bem comum no cristianismo primitivo, onde os dons do Espírito Santo eram muito valorizados, prática que, no entanto, tinha sido colocada na penumbra, quando a Igreja Católica se fortaleceu no Ocidente. Até então, a única ruptura que tinha acontecido no cristianismo depois que o mesmo passou a ser governado pelo bispo de Roma, o papa, foi o Cisma do Oriente, que deu origem à Igreja Ortodoxa, no ano de 1054.

Com a Reforma no Ocidente, liderada por Lutero, a partir de 1517, surgiram várias Igrejas que foram chamadas de Protestantes e que se separaram da Igreja Católica Apostólica Romana. No entanto, o fato mais importante nos últimos anos ocorreu nos Estados Unidos da América, com o surgimento do Pentecostalismo que, nos primeiros anos do século XX, teve, entre outros, vários protagonistas, como William J. Seymour (um homem negro), discípulo de um branco fundador do *Apostolic Faith Movement*, chamado por alguns de “pai do reavivamento carismático pentecostal”. Tratava-se de Charles F. Parham, que foi professor de Seymour na escola bíblica de Topeka, no Kansas, onde seus discípulos recebiam o batismo no Espírito Santo e falavam em línguas. Detalhe importante é que Seymour, por ser negro, não podia entrar na sala onde estavam os outros alunos. Mudando-se mais tarde para a cidade de Los Angeles, na Califórnia, ali criou uma igreja pentecostal frequentada por negros, na rua Azusa, que se tornou famosa por ter sido noticiada na imprensa americana em razão dos acontecimentos extraordinários das manifestações do Espírito Santo nos fiéis (ver particularmente o site da internet: <http://www.azusastreet.org/WilliamJSeymour.htm>; acesso em 21/09/2015).

O pentecostalismo rapidamente se espalhou pelo mundo, chegando ao Brasil em 1910 em São Paulo, com a criação da Congregação Cristã no Brasil, por Luigi Francescon; e, em 1911, em Belém, com a fundação da Assembleia de Deus por dois missionários suecos, Daniel Berg e Gunnar Vingren (que também chegaram no Brasil um ano antes). Mas foi de Belém que o pentecostalismo se expandiu muito rapidamente por todo o Brasil, a partir da fundação da Assembleia de Deus. Vale lembrar que a Assembleia de Deus brasileira é a maior do mundo, que manda hoje missionários para vários outros países. Mas é claro que o estudo do pentecostalismo não deve ofuscar os demais estudos sobre catolicismo, islamismo, judaísmo, protestantismo, espiritismo, religiões de matriz africana, xamanismo (urbano ou rural), santo daime e suas derivações. A lista seria muito longa...

E sempre, do ponto de vista sócio-antropológico, lembrando que estudamos religiões não necessariamente para conhecer as religiões, ou para propagá-las, mas também porque é muito importante estudá-las para conhecer nossa cultura e nossa sociedade, porque a religião é um fenômeno muito importante em nosso cotidiano e em nossa vida social. Ela constitui o que o importante sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss chamou de “fato social

total”, porque envolve múltiplas esferas na sociedade humana: além do religioso envolve também a ética, a economia, a política, a sociabilidade, a visão de mundo e tantos outros aspectos relevantes de nossa condição humana.

Nós não seríamos os seres humanos que somos se não tivéssemos religião. Para os bioantropólogos que estudam o surgimento do *homo sapiens* moderno (o primata mais evoluído do planeta, que continuamos sendo, embora muita gente não saiba), nossa condição humana só se completa com a ocorrência de um passo fundamental na evolução biológica pela qual passamos, isto é, aquilo que alguns estudiosos chamam de “revolução cognitiva do paleolítico superior”. Foi o momento em que, num período aproximado entre 80 a 45 mil anos atrás, na África (berço da humanidade), nós adquirimos a capacidade de simbolização, de nos comunicarmos com línguas estruturadas e sistematizadas, superiores a todas as outras formas de linguagem animal. E foi nesse momento e não antes que os seres humanos passaram a sepultar seus mortos com claros sinais de culto religioso. Antes disso, não tínhamos religião!

» Para finalizar, uma pergunta que tem a ver com aquela indagação de Pierre Bourdieu sobre a crença dos sociólogos da religião. Raymundo Herald Maués é um homem religioso? No que acredita um dos mais importantes pesquisadores da religião na Amazônia?

Raymundo Herald Maués: Minha formação religiosa foi toda no catolicismo. Meu avô materno (pai de minha mãe adotiva) era bacharel em direito e mais tarde foi juiz, que se formou em direito na Escola de Recife, tendo sido muito influenciado pelo positivismo. Minha mãe adotiva, influenciada também por ele, não tinha muito interesse na religião e não me lembro de tê-la visto em alguma missa, senão na de meu próprio casamento. Meu pai adotivo (meu genitor faleceu quando eu tinha apenas seis meses de idade) fora, ao contrário, formado numa família católica, era irmão de minha genitora e todos na família dos dois faziam questão de ser católicos (as mulheres sobretudo). A religião (catolicismo) me atraiu em parte por isso, na minha formação como criança e adolescente.

Já como aluno do que hoje corresponde ao ensino médio tive amigos entre católicos que pertenciam à Juventude Estudantil Católica (JEC), que me aproximaram mais ainda do catolicismo. Não cheguei a entrar para a JEC, mas, na Universidade, passei a frequentar as reuniões da Juventude Universitária

Católica (JUC) e acabei sendo convidado para dirigir, em Belém, como leigo, essa organização pertencente à Ação Católica e a mais politizada (à esquerda) de todos os ramos dessa organização.

Angelica, a namorada que tive desde que entrei para a Universidade, era minha colega de turma no curso de história e namoramos desde o primeiro semestre, tendo nos casado assim que completamos a licenciatura em história. Ela pertencia a uma família católica e tinha como pai um homem que, trabalhando em Belém na condição de gerente de uma multinacional (a conhecida fábrica e vendedora de remédios Bayer, de origem alemã), era também católico tradicional, tesoureiro da Irmandade de São Benedito na Igreja do Rosário dos Homens Pretos, *ogã* de terreiro e cumpria uma promessa de acompanhar descalço todos os anos o Círio de Nazaré em Belém, ajudando a conduzir a imagem de Nossa Senhora até quando pudesse em sua vida. Realmente fez isto durante longos anos até adoecer e não poder mais cumprir a promessa. Era um católico “popular” muito típico.

Na Universidade, além de participar da JUC também participei da chamada “política estudantil”, muitas vezes em aliança ou em contradição com os partidos de esquerda. Pertenci à Ação Popular (AP), o único partido católico de esquerda no Brasil. Por isso fui trabalhar no MEB em Bragança (sede da Prelazia do Guamá, dirigida por padres barnabitas) e, depois de casado com minha namorada, que passou a chamar-se Maria Angelica Motta-Maués, moramos por alguns meses nessa cidade, tendo de voltar a Belém por causa do golpe militar de 1964. Éramos ambos professores de história no ensino médio e o exercício da profissão acabou no meu caso – e diante de várias decepções – me afastando do catolicismo como praticante engajado.

Meu interesse pela Antropologia da Saúde, que antes lecionei na Escola de Enfermagem Magalhães Barata, me fez escolher essa área que, na época, era liderada na UnB pelo professor Martín Alberto Ibáñez-Novión, o qual me ajudou bastante na condição de aluno de mestrado buscando me aprofundar nessa área. Não fui orientado por ele, mas por Kenneth Ian Taylor, que me desvendou os segredos da antropologia cognitiva e da etnociência. Mas quem aparece como orientadora em minha defesa de mestrado é Alcida Rita Ramos, excelente professora que me ajudou bastante também na elaboração de minha dissertação. É que na ocasião em que defendi essa dissertação, meu orientador estava

deixando o Brasil e não era mais professor da UnB. Ele aparece então na banca como examinador externo. O estudo do sistema de classificação de doenças entre os pescadores de Itapuá (no município paraense de Vigia) me fez encontrar os pajés, os benzedores, as parteiras de dom e muitos outros agentes populares de saúde (e também médicos e sacerdotes católicos), o que me levou ainda a um interesse maior pelo estudo da religião. No doutorado, estudando religião (catolicismo popular) e orientado por Rubem César Fernandes – de formação protestante, mas na época um estudioso do catolicismo, no Brasil e na Polônia – aprofundei esse tema, com vários outros projetos, depois de completar meu doutorado. A partir daí meu interesse pela religião se reforçou, mais, porém, como antropólogo do que como praticante...

E o que fazemos hoje, eu e minha eterna namorada? Angelica continua devota de São Benedito e de Nossa Senhora de Nazaré. Do ponto de vista profissional, ela e eu atuamos como professores voluntários, já aposentados formalmente da UFPA. Nossa atuação se dá como professores permanentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), dando aulas e orientando alunos de mestrado e doutorado, além de sermos, ambos, bolsistas de produtividade do CNPq. E, para completar a resposta da pergunta apenas dirigida a mim, nesta entrevista: devo aqui dizer que participo da lista daqueles antropólogos “impuramente acadêmicos” que aparecem na longa enumeração do Conselho Editorial do periódico ainda mantido pelo ISER, *Religião e Sociedade*, que Antônio Flávio Pierucci (de saudosa memória) assim denominou num de seus belos artigos, também fazendo suas reflexões a partir de Bourdieu. O problema não é o de estarmos, de alguma forma, ligados à religião e às igrejas, mas é o de termos interesses afetivos ligados a elas, ou até de possuímos uma identificação verdadeiramente religiosa em relação a elas. O problema é também que, mantendo simpatia ou engajamento na religião, de alguma forma, procuramos entendê-la cientificamente. Sendo esta uma tarefa bem difícil e quase impossível para quem, como cientista social, pode ser também “impuramente acadêmico”. Isto só acontece no Brasil? É a pergunta que agora deixo aqui, mesmo sem ter a resposta.

Livros publicados por Raymundo Heraldo Maués:

FAÇANHA, Leonor Maria Sampaio; MAUÉS, R. Heraldo; RODRIGUES, Fernando Mariano. *Ação das Ordens e Congregações religiosas na Amazônia*. Belém: Impren-sa Universitária do Pará, 1968.

MAUÉS, Maria Angelica Motta; MAUÉS, R. Heraldo. *O Folclore de Alimentação: tabus alimentares na Amazônia*. Belém: Falangola, 1980. 109 p.

MAUÉS, R. Heraldo. *A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1990. 145 p.

MAUÉS, R. Heraldo. *Padres, Pajés, Santos e Festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Belém: CEJUP, 1995. 517 p.

MAUÉS, R. Heraldo (org.). *Anais da III Reunião Regional de Antropólogos do Norte/ Nordeste*. 1. ed. Belém: EDUFPA, 1996. 876 p.

MAUÉS, R. Heraldo. *Uma Outra “Invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. Belém-PA: CEJUP, 1999. 283 p.

MAUÉS, R. Heraldo; LIMA, Maria Dorotéa de; HENRIQUE, M. C.. *Círio de Nazaré*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 101 p.

MAUÉS, R. Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira (org.). *Pajelanças e Religiões Africanas na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2008. 370 p.

LEITÃO, W. M.; MAUÉS, R. Heraldo (org.). *Nortes Antropológicos: trajetos, trajetórias*. Belém: EDUFPA, 2009. 245 p.

MAUÉS, R. Heraldo; MACIEL, M. E. (org.). *Diálogos Antropológicos: diversidades, patrimônios, memórias*. Belém: L&A Editora, 2012. 448 p.

Recebida em 02/10/2015, revisada em 05/10/2015, aceita para publicação em 18/10/2015.